

“PL DA DEVASTAÇÃO” COLOCA A BIODIVERSIDADE, A SEGURANÇA AMBIENTAL E A IMAGEM DO BRASIL EM RISCO

Brasil pode aprovar projeto de lei que enfraquece radicalmente a proteção ambiental e ameaça biomas, povos tradicionais e acordos internacionais

Belo Horizonte, 5 de junho de 2025

Está prestes a ser aprovado na Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei 2.159/2021**, apelidado por especialistas como **“PL da Devastação”**. A proposta, que reformula drasticamente o licenciamento ambiental no país, vem sendo duramente criticada por cientistas, ambientalistas e juristas por seus riscos diretos à biodiversidade, aos povos indígenas e tradicionais, à saúde pública, ao abastecimento de água e à segurança climática.

Sob a promessa de “desburocratização”, o PL fragiliza os principais instrumentos de controle ambiental ao permitir **dispensas de licenciamento** para atividades de médio impacto, **criar licenças por autodeclaração**, e **retirar a exigência de estudos prévios** para grandes empreendimentos. Além disso, transfere a responsabilidade do licenciamento para estados e municípios, muitos dos quais não têm capacidade técnica mínima para avaliar os riscos ambientais envolvidos.

As consequências serão catastróficas:

- **Desmatamento em larga escala** em todos os biomas, inclusive áreas hoje protegidas, como florestas da Amazônia, campos do Pampa e manguezais do litoral.
- **Violação de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais**, que serão diretamente afetados pela liberação de empreendimentos sem consulta prévia.
- **Aumento de desastres ambientais** como enchentes, queimadas, escassez hídrica e contaminação de solos e rios.
- **Prejuízo à agricultura e exportações brasileiras**, que poderão sofrer sanções de mercados internacionais como a União Europeia.
- **Perda de investimentos verdes e financiamento climático**, em um momento em que o Brasil tenta se reposicionar como liderança ambiental global.

O paradoxo é gritante: **o Brasil se prepara para sediar a COP 30, conferência climática mais importante do mundo, ao mesmo tempo em que desmonta seu próprio sistema de proteção ambiental.**

“O PL 2.159/2021 vai na contramão de tudo o que o mundo espera de um país megadiverso como o Brasil. Fragiliza os órgãos ambientais, incentiva grilagem de terras, desmatamento e ignora completamente os impactos cumulativos das atividades humanas sobre os ecossistemas”, alerta o grupo de mais de 60 pesquisadores e especialistas que assinam o documento técnico.

Além disso, o projeto pode expor o país a **processos judiciais, perda de competitividade, aumento de passivos ambientais e até crises sanitárias**, como surtos de doenças ligadas ao desequilíbrio ecológico, especialmente em regiões como a Amazônia e o Cerrado.

Este é um dos maiores retrocessos ambientais já propostos no Congresso Nacional. Sua aprovação abrirá as portas para a degradação legalizada e sistemática do patrimônio natural e cultural brasileiro.

A sociedade precisa estar atenta e mobilizada. **O futuro ambiental, social e econômico do Brasil está em jogo.**

O documento técnico completo com evidências científicas e análises jurídicas pode ser acessado aqui: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.29250836.v1>.